



CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA - 2019

Prova Escrita de Língua Portuguesa

Duração: 90 Minutos

VERSÃO B

Instruções de realização

Na folha de respostas, identifique a versão da prova. A não identificação da versão implica a anulação das respostas aos itens de escolha múltipla.

A presença de qualquer forma de identificação fora do local autorizado — rubrica, assinatura ou outra — implica para o candidato a sua exclusão do concurso.

Durante a prova, o candidato não pode, por quaisquer meios, comunicar com os outros candidatos nem com pessoas estranhas ao concurso. Durante a permanência na sala, o candidato tem de desligar o seu telemóvel e quaisquer outros dispositivos tecnológicos ou de comunicação móvel de que seja portador, colocando-os no local determinado pelos responsáveis presentes na sala.

Como material de escrita, apenas pode ser usada caneta ou esferográfica de tinta preta ou azul.

Não é permitido o uso de tinta ou fita corretora.

Não é permitida a consulta de materiais de apoio, como dicionários, glossários, documentação ou outras fontes de informação.

As respostas são registadas em folha de respostas própria. Caso necessite, o candidato pode utilizar as folhas de rascunho postas à sua disposição, que não são entregues para classificação.

Quando terminar a prova, o candidato deve entregar o enunciado, as folhas de resposta e as folhas de rascunho aos responsáveis presentes na sala.

Caso deseje desistir da prova, só poderá sair da sala decorridos 15 minutos após o início da prova. Deve entregar o enunciado da prova, as folhas de resposta e qualquer folha de rascunho que tenha utilizado a um vigilante que registará em cada uma das folhas de resposta “O CANDIDATO DESISTIU”.

A infração de qualquer uma destas normas implica para o candidato a exclusão do concurso.

Cotações

Secção	I	II	III	
Item	1. a 12.	13. a 25.	Item único	
Cotação (em pontos)	12 × 6 pontos	13 × 6 pontos	50 pontos	
TOTAL	72	78	50	200

SECÇÃO I

Leia o texto.

Texto 1

O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não: fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série dos meus avós – dos avós que a minha família sempre confessou –, porque o Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei conde da Cunha.

Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto do Damião, que o dito apelido fora dado a um cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prémio da façanha que praticou, arrebatando trezentas cubas aos mouros. Meu pai era homem de imaginação; escapou à tanoaria nas asas de um *calembour*. Era um bom carácter, meu pai, varão digno e leal como poucos. Tinha, é verdade, uns fumos de pacholice; mas quem não é um pouco pachola neste mundo? Releva notar que ele não recorreu à inventiva senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homónimo, o capitão-mor, Brás Cubas, que fundou a vila de São Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Brás. Opôs-se-lhe, porém, a família do capitão-mor, e foi então que ele imaginou as trezentas cubas mouriscas.

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Lisboa, Livros Cotovia, 2008 (edição original de 1881), pp. 24-25. (Texto adaptado)

Para responder aos itens 1. a 4., selecione a opção que completa cada frase de acordo com o texto.

1. Damião Cubas, antepassado de Brás Cubas,

- (A) teria alcançado fama e glória se não se tivesse dedicado ao comércio de cabedais.
- (B) teria soçobrado na miséria se não tivesse prezado a sua honra de tanoeiro.
- (C) teria falecido mais rico se não tivesse vendido os seus terrenos agrícolas.
- (D) teria permanecido no esquecimento se não se tivesse dedicado ao cultivo da terra.

2. Na família de Brás Cubas, o fundador

- (A) era motivo de orgulho por se ter destacado como funcionário do Estado.
- (B) era omitido da árvore genealógica por se tratar de um vigarista confesso.
- (C) era menosprezado por carecer de prestígio e de reconhecimento social.
- (D) era recordado pela carreira diplomática brilhante e pela notória influência.

3. Brás Cubas, o narrador, era

- (A) trineto de Luís e bisneto de Damião.
- (B) trineto de Damião e bisneto de Luís.
- (C) neto de Damião e bisneto de Luís.
- (D) neto de Luís e trineto de Damião.

4. O pai do narrador deu ao filho o nome Brás

- (A) para se fazer passar por descendente de um ilustre português do século XVI.
- (B) para se furtar às críticas da família de um herói português do século XVI.
- (C) para se fazer passar por descendente de um cavaleiro que combatera em terras africanas.
- (D) para se furtar à má fama de um antepassado que praticara rapinas em terras africanas.

Leia o texto.

Texto 2

Dom Pedro V e Dona Estefânia

Ele procurava resistir tenazmente ao repto das camélias vermelhas que lhe pediam o tato do rosto imberbe, e punha-se a desenhar os novos uniformes de um qualquer batalhão de caçadores, apurando-lhes o tom e o talhe. Outras vezes lançava-se na escrita de uma daquelas cartas longuíssimas a seu primo Alberto de Saxe-Coburgo, o qual admirava, esparecendo a vista a intervalos pela urze de Balmoral, os caracteres tão regulares, inclinados para a direita, e em formação quase castrense. Para o jovem de vinte e poucos anos que configurava, intentando exercer sobre os manos e as manas uma tutela exemplificativa, bem árduo haveria de se mostrar fazer frente à alma que o habitava. Era como se um César Augusto, sujeito ao império do mando sereno, houvesse encarnado em Portugal numa criança amante de animais mecânicos e de árvores natalícias. Ao matrimónio que em seu íntimo vislumbrava como festa de aniversário infantil, realizado por entre jogos e charadas, e com uma ou outra escapadela, a fim de espreitar os peixes dourados que, grossos de nacos de pão, nadavam nos espelhos de água, eis que fora conduzido por validos que lhe pareciam nada saber de suas intenções. Lá se achava o conde de Lavradio, Dom Francisco de Almeida, laboriosamente concertando em Paris o consórcio do Rei de Portugal, Dom Pedro V, com Dona Estefânia Frederica Guilhermina Antónia, filha do príncipe de Hohenzollern-Sigmaringen.

As cidades que a prometida visitava, Dresden e Karlsruhe e Düsseldorf, surgiam-lhe magníficas aos olhos azuis, cenário de um conto dos Grimm, recheado de princesas pobres, de palácios encantados, de bichos falantes e de bruxas florestais. Observava ela as torres e os pináculos dos castelos, recusando as guloseimas autóctones que em salvas de prata os burgomestres lhe propunham, e conservava as mãozitas geladas dentro do regalo, isto apesar de ir avançado já o mês de março. Era uma rapariga calada, não exteriorizando especial predileção por qualquer trabalho feminino, optando por ver esfarelar-se, espreitando do postigo de uma alcova, os flocos de neve que persistiam em cair. Dos resfriados sucessivos da adolescência ficara-lhe o rubor febril nas maçãs das faces, e uma película brilhante no lábio inferior, o que não chegava para lhe afetar a beleza. A cada momento, e muito antes de vir a ser a escolhida do soberano português, despedia-se com um pranto mudo dos seus bonecos, os quais ocupavam uma espécie de choupana bávara, como se não voltasse nunca mais a encontrá-los. Entendendo que padeciam os cãesinhos de frialdade igual à que tanto a afligia, conferia-lhes guarida debaixo das saias redondas, quando se quedava de touca até mesmo no interior dos seus aposentos, folheando os álbuns onde haviam suas tias aguarelado aspetos de caçadas, e de pescarias, por entre amostras de quartzo, de ardósia e de líquenes, e de corolas abertas do *edelweiss* imponderável.

Com ela, pobre menina, na Igreja de Santa Hedvigés, e a vinte e nove de abril de mil oitocentos e cinquenta e oito, celebrou-se o casamento por procuração, sendo o soberano luso representado na cerimónia por Leopoldo, irmão da noiva. Fora um dia absurdo para Pedro, tomado de inquietação crescente, a qual provocara a quebra de três aparos, uma bâtega de granizo a meio da tarde, a notícia de que morrera inexplicavelmente um dos seus cavalos favoritos. Acordara Lisboa num calor que ameaçava queimar os botões das primeiras rosas, e eis que se alongara pela barra do Tejo uma tarja negra, completamente incompreensível, naquele céu imaculado. Às treze horas e cinco minutos, quando se preparava o Rei para engolir rapidamente uma canja, trouxeram-lhe um telegrama, expedido de Berlim, que rezava o seguinte, «*La cérémonie a eu lieu, que Dieu vous bénisse!*» [«A cerimónia teve lugar, Deus o abençoe!»]

Mário Cláudio, *Triunfo do Amor Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, pp. 215-217.

Para responder aos itens 5. a 8., selecione a opção que completa cada frase de acordo com o texto.

5. D. Pedro V escrevia cartas ao primo, Alberto de Saxe-Coburgo,

- (A) que muito admirava a caligrafia do rei português.
- (B) que muito o admirava.
- (C) que ele muito admirava.
- (D) que muito admirava a prosa do rei português.

6. O rei D. Pedro V era dotado de um carácter

- (A) autoritário, bem patente no seu modo de lidar com os irmãos.
- (B) imaturo, bem patente no seu modo de encarar o casamento.
- (C) afável, mas capaz de se afirmar perante os ditames dos seus conselheiros.
- (D) ponderado, mas alheio aos deveres que o exercício da realeza lhe impunha.

7. Dona Estefânia, a noiva de Dom Pedro V,

- (A) era enfermiça, tendo o semblante desfeito pelas sequelas da doença.
- (B) era pueril, chorando de cada vez que perdia um brinquedo da sua meninice.
- (C) tinha uma beleza gélida, parecendo uma princesa de um conto dos Grimm.
- (D) tinha uma alma compassiva, acarinhando os seres que julgava indefesos.

8. O casamento entre D. Pedro V e Dona Estefânia pareceu envolto em circunstâncias funestas, entre as quais avultou

- (A) a morte de um dos cavalos favoritos do noivo, devido a uma inesperada onda de calor.
- (B) a inquietação do noivo, que o fez quebrar três aparos de caneta quando assinava o assento.
- (C) a ausência do noivo, que se fez representar na cerimónia em Lisboa pelo irmão da noiva.
- (D) a súbita aparição de uma nuvem escura, em contraste com a limpidez de um céu primaveril.

Leia o texto.

Texto 3

Em fevereiro de 1989 o jornal lisboeta *Tal & Qual* fez eco da profecia de uma «vidente» ou «bruxa do Murtal». Segundo esta profecia, Lisboa seria atingida por um «novo terramoto» no dia 19 desse mês.

O *Tal & Qual* era um tabloide moderadamente sensacionalista e de sucesso relativo, pelo menos a comparar com os parâmetros de vendas e comportamento dos tabloides das décadas seguintes. Mas era um título com uma ancoragem muito sólida na comunicação de massas. No seu original em televisão, o *Tal & Qual* fora introdutor em Portugal de formatos «de ponta» para o panorama televisivo de então, nomeadamente a experimentação com «apanhados», partidas filmadas com câmara escondida.

Com a ambiguidade algo cínica que tipicamente acompanha este tipo de experimentalismo na cultura de massas, não é claro que os responsáveis ou jornalistas do *Tal & Qual* acreditassem nas previsões da «bruxa». Pelo contrário, parecem tratá-la com alguma condescendência, o que não os impede de proporcionar um destaque crescente às suas profecias sobre o hipotético terramoto, logo transformado em «novo», e depois em «futuro» ou até «próximo terramoto».

Os responsáveis do *Tal & Qual* sentiam que estavam perante uma boa história. E uma vez que havia «história», nada impedia os outros jornais, rádios e televisões de lhe pegar sem medo de baixar os seus critérios. Afinal de contas, as peças (artigos, crónicas, entrevistas de rua) não eram sobre o «terramoto» em si — coisa que não existia — mas sobre a «mania» do terramoto. E os jornalistas não se fizeram rogados em tratá-la sob todos os pontos de vista possíveis. De início, o tema foi fazendo as suas aparições nos segmentos menos sérios dos blocos noticiosos, e foi tratado pelos jornalistas com um tom entre o divertido e o incrédulo. No entanto, mesmo uma entrevista a um transeunte anónimo sobre «se acredita na previsão do terramoto», o qual responde com desprezo que nunca acreditaria em tal coisa, não deixa de ser a reiteração de um facto noticioso — não o de que haverá um terramoto em breve, mas o de que existirá alguém que acredita nele.

Como é evidente, nenhum órgão da imprensa deixou também de perguntar a cientistas o que achavam de tal história, e os cientistas — estudiosos da geofísica, da sismologia e até da vulcanologia — não deixaram de fazer os seus desmentidos cabais da «previsão» de um terramoto através da comunicação com o mundo sobrenatural. Perversamente, a participação dos cientistas pode até ter servido para dar gás à «mania» do terramoto, e de diversas formas. Em primeiro lugar, porque nenhum cientista estaria jamais disposto a garantir com absoluta certeza que não iria haver terramoto no dia *x* do mês seguinte — e os raciocínios menos formais aprestar-se-iam a considerar os desmentidos como uma ausência de «prova científica» e, logo, uma possibilidade suficiente de o terramoto ocorrer naquele dia *x*. Em segundo lugar, o facto de se terem entrevistado cientistas — e de estes terem aceitado responder — cumpre com uma espécie de função de equilíbrio dos *media*, e pode ser até entendido como uma forma de desresponsabilização: «já ouvimos os cientistas, agora podemos falar disto à vontade». Em terceiro lugar, soma-se à desresponsabilização do emissor a desresponsabilização do recetor, que tem a porta aberta para pensar «se isto não fosse importante, não tinham perguntado aos cientistas».

Rui Tavares, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China, 2005, pp. 191-193. (Texto com supressões)

Para responder aos itens **9.** a **12.**, selecione a opção que completa cada frase de acordo com o texto.

9. Segundo o autor, a profecia da «bruxa do Murtal»

- (A) foi inventada por um jornal que procurava uma história sensacionalista.
- (B) foi anunciada por jornalistas que temiam um terramoto devastador.
- (C) foi divulgada por jornalistas que adotaram uma postura complacente.
- (D) foi noticiada por um jornal que deu origem a um programa na televisão.

10. Após a notícia do *Tal & Qual*,

- (A) os restantes órgãos de comunicação social amplificaram a história.
- (B) os outros jornais empenharam-se em repor a verdade dos factos.
- (C) os outros jornais denunciaram a falsidade dos factos em causa.
- (D) os restantes órgãos de comunicação social ignoraram a história.

11. Para o autor, a forma como os jornalistas trataram inicialmente a história da «bruxa do Murtal» acabou por

- (A) transformar o anúncio de um acontecimento num aviso de catástrofe iminente.
- (B) suscitar uma onda de preocupação junto do grande público.
- (C) contribuir para que o anúncio de um acontecimento passasse a ser notícia.
- (D) revelar a sua intenção de tornar credível a catástrofe anunciada.

12. Nas suas declarações, os cientistas

- (A) alertaram para o risco de se ignorar a possibilidade de um sismo.
- (B) normalizaram o discurso catastrofista de modo involuntário.
- (C) omitiram aspetos relevantes para a compreensão do fenómeno.
- (D) criticaram as metodologias de investigação dos jornalistas.

SECÇÃO II

Para responder aos itens 13. a 21., escolha a opção que completa a frase **sem** incorreções linguísticas.

13. As suas novas funções

- (A) exigiam o cumprimento escurpuloso da Lei das Precedências do Protocolo.
- (B) exigiam o cumprimento escurpuloso da Lei das Precedências do Protocolo.
- (C) exigiam o cumprimento escurpuloso da Lei das Precedências do Protocolo.
- (D) exigiam o cumprimento escurpuloso da Lei das Precedências do Protocolo.

14. Perante a gravidade da situação, o pedido de audiência do embaixador

- (A) foi de imediato deferido, dado que o assunto tinha de ser impreterivelmente esclarecido até à meia-noite.
- (B) foi de imediato diferido, dado que o assunto tinha de ser impreterivelmente esclarecido até à meia-noite.
- (C) foi de imediato diferido, dado que o assunto tinha de ser impertrivelmente esclarecido até à meia-noite.
- (D) foi de imediato deferido, dado que o assunto tinha de ser impertrivelmente esclarecido até à meia-noite.

15. No sábado de manhã,

- (A) entreti-me a ler um romance, pois fazia tenção de não pensar em assuntos laborais.
- (B) entretive-me a ler um romance, pois fazia tensão de não pensar em assuntos laborais.
- (C) entretive-me a ler um romance, pois fazia tenção de não pensar em assuntos laborais.
- (D) entreti-me a ler um romance, pois fazia tensão de não pensar em assuntos laborais.

16. Em plena sala de audiências, o advogado,
- (A) infringiu as mais elementares regras processuais, pelo que foi advertido pelo meretíssimo juiz.
 - (B) infligiu as mais elementares regras processuais, pelo que foi advertido pelo meritíssimo juiz.
 - (C) infringiu as mais elementares regras processuais, pelo que foi advertido pelo meritíssimo juiz.
 - (D) infligiu as mais elementares regras processuais, pelo que foi advertido pelo meretíssimo juiz.
17. Os raios de sol naquele final de tarde
- (A) encadearam os convivas que pousavam para a fotografia.
 - (B) encadearam os convivas que posavam para a fotografia.
 - (C) encandearam os convivas que pousavam para a fotografia.
 - (D) encandearam os convivas que posavam para a fotografia.
18. Quando confrontado com os erros cometidos,
- (A) percebeu que tinha subestimado os seus adversários e que não mais seria elegível para altos cargos.
 - (B) percebeu que tinha substimado os seus adversários e que não mais seria elegível para altos cargos.
 - (C) percebeu que tinha subestimado os seus adversários e que não mais seria ilegível para altos cargos.
 - (D) percebeu que tinha substimado os seus adversários e que não mais seria ilegível para altos cargos.
19. O orador foi advertido pelo moderador, pois
- (A) a sua intervenção não ia de encontro ao tema do congresso, que comemorava o octagésimo aniversário daquela fundação.
 - (B) a sua intervenção não ia ao encontro do tema do congresso, que comemorava o octogésimo aniversário daquela fundação.
 - (C) a sua intervenção não ia ao encontro do tema do congresso, que comemorava o octagésimo aniversário daquela fundação.
 - (D) a sua intervenção não ia de encontro ao tema do congresso, que comemorava o octogésimo aniversário daquela fundação.

20. Ao iniciar a sua viagem, o navegador sabia que

- (A) as probabilidades de o seu nome se tornar famoso eram elevadas se alcançasse a Antártida.
- (B) as probabilidades de o seu nome se tornar famoso eram elevadas se alcança-se a Antártida.
- (C) as probabilidades do seu nome se tornar famoso eram elevadas se alcança-se a Antártida.
- (D) as probabilidades do seu nome se tornar famoso eram elevadas se alcançasse a Antártida.

21. O jovem cozinheiro

- (A) seguiu o concelho do seu mestre e preparou o prato com duzentas gramas da melhor carne.
- (B) seguiu o concelho do seu mestre e preparou o prato com duzentos gramas da melhor carne.
- (C) seguiu o conselho do seu mestre e preparou o prato com duzentas gramas da melhor carne.
- (D) seguiu o conselho do seu mestre e preparou o prato com duzentos gramas da melhor carne.

Nos itens **22.** a **25.**, apresenta-se uma frase em que foram propositadamente omitidas as vírgulas. Para responder a cada um dos itens, escolha a opção em que as vírgulas foram introduzidas na frase **sem** incorreções linguísticas.

22. A situação a que se chegou ao fim de tantos anos de conflito só se poderá resolver se é que existe uma solução à mesa das negociações.

- (A) A situação a que se chegou ao fim de tantos anos de conflito, só se poderá resolver, se é que existe uma solução, à mesa das negociações.
- (B) A situação a que se chegou ao fim de tantos anos de conflito só se poderá resolver, se é que existe uma solução, à mesa das negociações.
- (C) A situação, a que se chegou ao fim de tantos anos de conflito, só se poderá resolver se é que existe uma solução, à mesa das negociações.
- (D) A situação a que se chegou, ao fim de tantos anos de conflito só se poderá resolver, se é que existe uma solução à mesa das negociações.

- 23.** Naquele instante ao ver o carro a afastar-se soube que inevitavelmente a sua vida até então tranquila iria mudar.
- (A) Naquele instante, ao ver o carro, a afastar-se soube que inevitavelmente, a sua vida até então tranquila iria mudar.
 - (B) Naquele instante, ao ver o carro, a afastar-se, soube que, inevitavelmente a sua vida, até então tranquila, iria mudar.
 - (C) Naquele instante, ao ver o carro a afastar-se, soube que, inevitavelmente, a sua vida, até então tranquila, iria mudar.
 - (D) Naquele instante, ao ver o carro a afastar-se soube que inevitavelmente, a sua vida até então tranquila, iria mudar.
- 24.** O aumento no nosso país do número de jovens com formação superior contribuirá talvez no futuro para melhorar o nível de vida da generalidade da população.
- (A) O aumento, no nosso país do número de jovens com formação superior, contribuirá, talvez, no futuro para melhorar o nível de vida, da generalidade da população.
 - (B) O aumento, no nosso país, do número de jovens com formação superior contribuirá, talvez, no futuro, para melhorar o nível de vida da generalidade da população.
 - (C) O aumento no nosso país do número de jovens com formação superior contribuirá, talvez no futuro, para melhorar, o nível de vida da generalidade da população.
 - (D) O aumento no nosso país, do número de jovens com formação superior, contribuirá talvez, no futuro para melhorar o nível de vida da generalidade da população.
- 25.** Em termos operacionais é irrelevante que os meios de socorro sejam acionados no Porto ou em Braga pelo que esse fator não deve ser tomado em linha de conta na avaliação do ocorrido.
- (A) Em termos operacionais, é irrelevante que os meios de socorro sejam acionados no Porto ou em Braga pelo que, esse fator não deve ser tomado em linha de conta na avaliação do ocorrido.
 - (B) Em termos operacionais é irrelevante que os meios de socorro sejam acionados, no Porto ou em Braga, pelo que esse fator, não deve ser tomado em linha de conta na avaliação do ocorrido.
 - (C) Em termos operacionais é irrelevante, que os meios de socorro sejam acionados, no Porto ou em Braga, pelo que esse fator não deve ser tomado em linha de conta na avaliação do ocorrido.
 - (D) Em termos operacionais, é irrelevante que os meios de socorro sejam acionados no Porto ou em Braga, pelo que esse fator não deve ser tomado em linha de conta na avaliação do ocorrido.

SECÇÃO III

Redija o **resumo** do texto que se segue. O seu resumo deverá ter entre 130 e 180 palavras.

Com a revolução de 25 de abril de 1974, assiste-se em Portugal a mais do que uma mudança de regime político. Na realidade, com o fim do regime ditatorial do Estado Novo, não apenas se começa a desenhar a democracia política portuguesa, como esta alteração vai ser acompanhada por uma rotura profunda com a anterior ordem económica e social. Entre outras reformas, democratiza-se o ensino, em particular o ensino superior, o que a prazo contribuiu para ampliar consideravelmente a classe média no país. Assistiu-se também à salutar ascensão social de vários segmentos da sociedade, a qual foi naturalmente acompanhada pela rejeição de sectores económicos tradicionais que, sendo prevaletentes no regime anterior, eram vistos como pouco ou nada atrativos, incluindo a agricultura, as pescas e também a marinha mercante, que implicava longas ausências de casa. Esta rejeição, que de certo modo ainda hoje se faz sentir na sociedade portuguesa, é uma das razões que levam muitos portugueses a continuar a associar o mar, não à inovação, ao futuro e a oportunidades económicas lucrativas, mas sim ao passado, a duras condições de vida e à ausência de relevo económico. Há, portanto, uma razão de base sociológica que concorreu para afastar o mar do centro de interesses da atual sociedade portuguesa.

Paralelamente à rotura socioeconómica com padrões de produção e de consumo anteriores, verificou-se nessa época também a alteração completa dos desígnios políticos do país, o que acentuou esse afastamento rápido e «sem olhar para trás» da nova sociedade portuguesa relativamente ao mar.

Com efeito, a descolonização pôs fim ao desígnio político maior dos últimos anos do Estado Novo, que foi assegurar obstinadamente a manutenção da soberania portuguesa, contra ventos e marés, sobre os territórios ditos ultramarinos. É que uma boa parte do então existente *cluster* naval português, isto é, os transportes marítimos e as grandes companhias de navegação nacionais, tinha como uma das suas principais razões de ser assegurar a ligação marítima entre a metrópole e os territórios ultramarinos. Ou seja, o fim do Império significou, sem mais, o fim do interesse no mar.

A falta de interesse no mar foi depois reforçada com o surgimento do novo grande desígnio político nacional: a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Com esta adesão assistiu-se a um mudar de agulha, com a África a passar para um lugar secundário e a dar o lugar cimeiro do nosso posicionamento geopolítico ao continente europeu. Tudo se alterou: se antes virávamos as costas à Europa, e em particular à Espanha, passámos depois a virar as costas ao mar. A adesão europeia da Espanha, em simultâneo com Portugal, foi um indicador claro de que não só os novos horizontes da política nacional passariam a estar no interior da Europa como de que para lá chegar seria necessário passar por Espanha.

Tiago Pitta e Cunha, *Portugal e o Mar*, Lisboa, Relógio D'Água e Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, pp. 19-20. (Texto adaptado)

Observação: Para efeitos de contagem, considera-se uma palavra qualquer sequência delimitada por espaços em branco, mesmo quando esta integre elementos ligados por hífen (ex.: /dir-se-ia/). Qualquer número conta como uma única palavra, independentemente dos algarismos que o constituam (ex.: /2012/).

Cotações

Secção	I	II	III	
Item	1. a 12.	13. a 25.	Item único	
Cotação (em pontos)	12 × 6 pontos	13 × 6 pontos	50 pontos	
TOTAL	72	78	50	200

FIM